

FIOS QUE TRAMAM A PESQUISA: PROJETO DE ESTUDO DE CASO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E PRODUÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS¹

**ELIADA MAYARA ALVES KRAKHECKE¹; DULCE MARI DA SILVA VOSS²; MARIA
CECILIA LOREA LEITE³**

¹Universidade Federal de Pelotas – eliadamayara@hotmail.com

²Universidade Federal do Pampa – dulcevoos@unipampa.edu.br

³Universidade Federal de Pelotas – mcilleite@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As palavras me antecedem e ultrapassam, elas me tentam e me modificam e se não tomo cuidado será tarde demais: as coisas serão ditas sem eu as ter dito. Ou pelo menos não era apenas isso. Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar. (LISPECTOR, 1999, p. 12)

Nas palavras de Clarice, sua sabedoria e olhar poético, se entrelaçam coisas que “antecedem” e “ultrapassam” os acontecidos e que lançam o desafio de persistir na jornada sempre inacabada de quem se percebe implicada pela própria existência e forçada a fazer dela um compromisso com o que acredita e projeta.

Assim vem sendo traçado o Doutorado em Educação, em curso na Universidade Federal de Pelotas, no qual a construção da proposta de pesquisa envolve a operação do pensamento e o manejo de ferramentas teórico-epistemológicas delineadas a partir do entrecruzamento de três fios: relações de gênero, produção curricular e formação no Curso de Direito. Proposta de pesquisa que instiga a produção de conhecimentos de modo a articular os campos científicos da Educação e do Direito em relação à temática/problemática indicada, ou seja, visando à análise e compreensão dos movimentos, discursos, práticas discursivas e não-discursivas postas em ação através dos documentos que regulam a organização do Curso e das ações pedagógicas na produção curricular do Curso de Direito.

Posto isso, a problemática da pesquisa se desdobra nos seguintes questionamentos: Como acontece a produção curricular do Curso de Direito da UFPel no que concerne às relações de gênero? Que movimentos, discursos e práticas discursivas e não-discursivas são postas em ação nos processos formativos neste contexto? Que percepções e implicações podem ser geradas na formação dos/as bacheareis do Direito envolvidos/as nestes processos pedagógicos?

A análise da pesquisa ampara-se na linha pós-estruturalista, com base em conceitos de Foucault (práticas discursivas e não-discursivas, relações de saber-poder, poder saber-jurídico, entre outros) e os estudos sobre política curricular e currículo realizados a partir de Lopes (2006) e Corazza (2001, 2013), bem como as produções teóricas de Butler (2019, 2021), Paraíso (2016) e Hollanda (2018) sobre relações de gênero. Proceder-se-á uma discussão dos processos históricos e políticos pelos quais a produção curricular do Direito tem sido pautada na organização

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

tradicional dos currículos e o caráter dogmático, liberal e elitista do próprio campo científico.

Entende-se que os modos como acontecem os processos pedagógicos de produção curricular do Curso de Direito podem indicar a construção do pensamento crítico e do posicionamento ético das comunidades epistêmicas frente às demandas sociais de gêneros e sexualidades.

2. METODOLOGIA

A metodologia orienta-se pela Abordagem do Ciclo de Políticas, com base nas teorizações de Ball e Bowe (1992), Ball, Maguire e Braun (2016) e Mainardes (2006, 2018), para a compreensão das articulações entre demandas advindas das políticas curriculares nos contextos de influência, de produção de textos e da prática da produção curricular e suas interrelações, dando maior ênfase à ação das comunidades epistêmicas no contexto da prática.

O desenvolvimento da investigação ocorrerá por meio de um estudo de caso junto às comunidades epistêmicas de docentes e discentes do Curso de Direito *Iócus* da pesquisa, no qual serão utilizados: análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas para produção e análise dos dados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste ponto apresento as concepções teóricas e conceitos usados para fundamentar a proposta da pesquisa, com vistas a enfatizar a produção curricular como dispositivo pedagógico de formação de bacharéis do Direito e a emergência da presença das relações de gênero nesse processo.

O conceito de produção curricular que serve de sustentação aos propósitos do projeto de pesquisa e à abordagem da temática/problemática indicada refere-se a um campo de visão e de análise de distintos processos políticos desencadeados em tempos, espaços e contextos específicos, os quais se entrecruzam e recontextualizam diretrizes curriculares emanadas das normatizações mais gerais e globais que regulam a estruturação dos currículos dos Cursos de Direito.

As políticas curriculares são estabelecidas por comunidades epistêmicas que operam a produção curricular. Conforme destacado por Lopes (2006), a contribuição do conceito de comunidades epistêmicas permite aprofundar a compreensão das relações de poder-saber nas políticas curriculares em um mundo globalizado. Parto do pressuposto de que comunidades epistêmicas fazem circular discursos no campo educacional, os quais fundamentam a produção de significados e sentidos para as políticas curriculares em múltiplos contextos, em constante tensão entre homogeneidade e heterogeneidade.

Em outras palavras, as comunidades epistêmicas são formadas por agentes políticos ativos que geram e compartilham um conjunto de conhecimentos e práticas dentro de um determinado campo de construção e implementação das políticas curriculares. Essas comunidades desempenham um papel crucial na definição dos conteúdos, abordagens e perspectivas que constituem os currículos dos cursos.

O enfoque da análise do discurso sustentada na vertente pós-estruturalista permite compreender que os processos políticos de elaboração das políticas curriculares envolvem não apenas disputas provocadas nas lutas de distintas classes sociais, mas também nas relações conflituosas de gênero, diferenças sexuais e étnico-raciais, entre outras. Essas demandas evidenciam o esgotamento do modelo

disciplinar baseado na concepção epistemológica moderna e a necessidade de transformação nas abordagens dos currículos. Desse modo, os estudos efetuados por Corazza (2001, p. 09) apontam para uma conotação do currículo como uma linguagem, enquanto conjunto de signos agenciados nos tempos e espaços em que é construído e pelos “significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos, cortes”, que busca contemplar.

Ao indagar “o que quer um currículo?” a autora apresenta a ideia de um currículo como ser falante que cria e coloca em funcionamento uma certa vontade de verdade acerca dos saberes, normas, prescrições, relações, modos de produção subjetiva, nele e através dele engendrados. Vontade de verdade do que anuncia e que dependerá sempre do modo como será traduzido em sua época e lugar: “Ousa-se, assim, uma resposta geral, que é dada para ser desconstruída. Invariavelmente, quando perguntado, um currículo costuma responder que quer um sujeito, que lhe permita reconhecer-se nele. Por isto, qualquer currículo, seja ele qual for, tem vontade de sujeito” (CORAZZA, 2001, p. 15).

É importante destacar que os currículos não estão dados e nem permanecem imutáveis. Os currículos são constituídos, formados e transformados nos processos de produção curricular atravessados por forças que forjam permanências ou transformações na vida social e que acabam reconfigurando as práticas discursivas mobilizadas pelos e através dos currículos. Essas forças resistem à captura das potências e capacidades inventivas que mobilizam o poder da vida, desafiando os padrões impostos pelo projeto social, cultural e político majoritário. Assim, o currículo se constitui em território de disputa e espaço de encontro que escapa ao controle, que resiste, extrapola o planejado e abre-se a outras possibilidades (PARAÍSO, 2016).

Nesse sentido, a pesquisa está voltada para as políticas curriculares que norteiam e configuram a produção curricular do Curso de Direito de um modo geral no contexto global e nacional e seus desdobramentos no contexto da instituição de educação superior em análise. Busca-se compreender como ocorre a composição de demandas relativas às relações de gênero nesses contextos, como entram em negociação e podem ou não produzir certas concepções comuns ou divergentes, entendendo que a configuração da seleção e organização dos conhecimentos, das práticas discursivas, das relações de poder-saber e das ações pedagógicas constituem a produção curricular do Curso de Direito na instituição de educação superior a ser pesquisada.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista que o trabalho resulta de um Projeto de Tese de Doutorado ainda em andamento, as conclusões versam mais sobre a relevância de compreender que o combate às situações de violência demanda uma ação efetiva no sentido de colocar em pauta as relações de gênero assimétricas presentes nos espaços sociais, nas produções científico-acadêmicas, nas instituições de educação superior, nos currículos e nas escolas, de modo a compreender a emergência desta temática e sua abordagem como questão política, social e pedagógica.

Violências geradas por relações de gênero assimétricas decorrem de uma herança cultural e social patriarcal cis-heteronormativa, o que implica colocar sob questão os processos educativos de produção de corpos genereficados calcados no par binário homem-mulher, processos que favorecem a naturalização do machismo e

a banalização dos crimes cometidos contra a vida de muitas pessoas em nosso país (ALVES, 2021).

Problemática que força a pensar a formação no campo das Ciências Humanas e Sociais, inclusive do Direito, e a produção curricular movida nos processos pedagógicos de formação de bacharéis que venha a corroborar para a atuação profissional voltada ao engajamento político e ético com as demandas sociais emergentes e insurgentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves. **Marias (Im)possíveis nas tramas discursivas e não discursivas da Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência**. 2021. 103 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) - Pós-Graduação em Ensino, Universidade Federal do Pampa.
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Subject departments and the implementation of National Curriculum Policy: na overview of the issues. **Curriculum Studies**, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CORAZZA, Sandra. **O que Quer um Currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CORAZZA, Sandra. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: BARBOSA, A. F. M. (Org.). **Currículo: questões atuais**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013, v. 2, p. 103-143.
- HOLLANDA, H. B. de. **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LISPECTOR, Clarice. Os desastres de Sofia. In: LISPECTOR, Clarice. **A legião Estrangeira – contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 11-26.
- LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 33-52, jul/dez. 2006.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
- MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 01-20, 2018.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez, 2016.